

O CAFÉ EM SÃO PAULO E NA COSTA DO MARFIM:
UM ESTUDO COMPARATIVO*

Yassoungo Soro

Universidade Nacional da Costa do Marfim

O presente trabalho pretende ser uma contribuição ao estudo da organização do espaço, visto na linha da geografia comparativa. É oportuno lembrar que houve excelentes contribuições monográficas no que diz respeito à cafeicultura numa e noutra região; mas a focalização de um estudo em base regional, possibilidade metodológica que se concentra nas análises comparativas da organização do espaço, nunca foi tentada, ao menos no que nos tem sido dado a conhecer.

Sendo o objeto do nosso estudo a organização dos espaços agrários, uma especial importância é dada aos problemas de geografia agrária (já que a visão deste rumo da ciência geográfica exige do nosso estudo comparativo uma relação com o espaço como sistema de relações), onde o elemento importante é o café.

A necessidade imperativa de analisar o processo de mudança das estruturas forjadas pelo café, determinantes no arranjo do espaço, convida à demonstração de como um mesmo produto comercial, devido à originalidade das variáveis ecológicas, humanas ou históricas para suas lavouras; aos sistemas de lavouras e suas correlações com o mercado consumidor existente,

* Dissertação de Mestrado em Geografia, Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

cuja exploração intensiva teve início em épocas diferentes em ambas as regiões, pode, entretanto, modelar paisagens geográficas que, certamente, têm traços de semelhança, mas onde as diferenças são muito vivas na organização do espaço, para deixarem de chamar a atenção.

Em se tratando de um estudo comparativo, há que se ressaltar que cada área possui um caráter próprio em função da integração de seus fenômenos relacionados. A expressão deste caráter é salientada nas diversidades profundas que cada área apresenta, quer seja na conjugação dos fatores como solos, climas, relações de produção, regimes de propriedades, desenvolvimento de transporte para circulação geral dentro do sistema; quer seja no desenvolvimento histórico, que essa economia sofreu em cada região, bem como as condições atuais de orientação programática para a sua sobrevivência e manutenção sob o ponto de vista do mercado externo e interno, além das conseqüências sociais que ele acarreta.

Em São Paulo a conjugação destes vários fatores com a criação de redes ferroviárias e rodoviárias, a presença de um porto centralizador e exportador do produto, mais a presença de um mercado externo disponível são responsáveis em grande parte pela notável expansão ocorrida nas áreas interioranas. Já na Costa do Marfim, foi determinante o sistema de *mise en valeur* pela marca da presença direta de agentes e capitais metropolitanos, e mais tarde, a partir de 1960, pela ação voluntarista de um Estado empreendedor.

No tocante às técnicas de produção nota-se que, em São Paulo, as práticas do cultivo são bem mais evoluídas. As novas técnicas vistas no retorno do café fazem com que a produtividade seja mais elevada do que na Costa do Marfim. Mas, essa melhor produtividade, decorrente em parte do uso excessivo de adubos químicos, pode resultar, mais tarde, num envenenamento dos solos que tornará mais difícil a manutenção do potencial produtivo, ou seja, a sanidade das lavouras. Neste ponto de vista, a Costa do Marfim tira vantagens do seu sistema de cultivo sombreado, uma vez que as árvores e plantas de associação resolvem, em parte, o duplo problema de fertilidade e de conservação dos solos.

O apego à terra a partir da nova cafeicultura e a relativa dependência àquela atividade, além da necessidade de se imunizar contra os efeitos catastróficos das geadas, têm favorecido a adoção de padrões técnicos de cultivo aconselhados pelos institutos de pesquisa. Na Costa do Marfim é importante o passado, prenhe de tradições culturais que se constitui num

impedimento à rápida implantação dos métodos de cultivo mais avançados; portanto, a superioridade da cafeicultura paulista reside nas suas técnicas de produção bastante aprimoradas, enquanto que em ambas as regiões as relações de trabalho, em sua maioria, são de natureza arcaica, sobressaindo sérios problemas sociais. O cafeicultor paulista encontra no recente uso da máquina um meio excelente de produção; já no caso marfiniano, o problema é grave, uma vez que a maior corrente de mão-de-obra, além de ser estrangeira, é instável e temporária.

Na parte da comercialização, pelo que ficou estudado anteriormente, ela é menos dispendiosa em São Paulo do que na Costa do Marfim. Basta lembrar o fato de o *traitant* usar seus próprios meios para chegar ao produtor, o que deve ser explicado pela pouquíssima existência de cidades com máxima infra-estrutura capaz de torná-las pontos de contato com o mundo exterior. Entretanto, nesse país africano, o sistema de comercialização através da caixa de estabilização, torna estéril o mecanismo interno de concorrência, protegendo melhor o produtor das oscilações constantes do mercado internacional que as casas exportadoras costumam servir-se para aumentar seus benefícios, mantendo uma estabilidade que pode ser vista como um freio à especulação dos exportadores, sendo todos controlados pelo órgão oficial, e também como um desestímulo à competição dos produtores, favorecendo paradoxalmente o equilíbrio interno da produção. Já em São Paulo, a política é conduzida diferentemente. Ela é formulada com cautelas excessivas em relação ao nível dos preços para o produtor, procurando também favorecer outras estruturas econômicas (cana, soja, gado, etc.), a fim de corrigir a margem de riscos relacionados ao setor cafeeiro, embora esse fosse e continue a ser um dos setores estratégicos para o processo de desenvolvimento econômico.

Para atingir uma rápida normalização da situação cafeeira foi necessário que se implantasse uma política de reformulação que se baseou na aplicação de incentivos adequados como o preço estimulante ao produtor, incentivo direto que, sem dúvida, tornou-se um instrumento eficaz aliado a outros subsidiários como créditos, suprimento de "insumos" a preços "vigados", e acima de tudo a promessa de uma política estável.

Observa-se que a resolução dos problemas das respectivas economias está intimamente ligada à consistência própria de suas estruturas. Assim, as diferenças entre ambas as áreas são o resultado da ordenação espacial de modos de produção particulares, onde o arranjo dos espaços agrários depende

dos interesses de economias voltados para mercados externos. Portanto, a organização dos espaços locais reflete uma organização econômica de âmbito internacional. Mas, no arranjo do espaço local paulista, no que diz respeito às modificações ocorridas, os interesses econômicos determinaram a necessidade da diversificação máxima de atividades agrícolas para a redução da margem dos riscos, fazendo com que o café se restringisse àquelas áreas onde o zoneamento ecológico determinou um conjunto de características ideais para o novo plantio. Diversamente, no arranjo do espaço local marfiniano reconhece-se uma variável importante sobre a determinação dos interesses econômicos: a disponibilidade de áreas incultas para a expansão de novas plantações.

Todavia, considerando a inesgotável possibilidade de análise que um estudo comparativo propicia, procuramos de forma crítica os elementos de explicação dos diversos fatores que presidiram à instalação e expansão do café nas duas áreas, salientando por último o surgimento de novas formas organizacionais do espaço, dando também, por exemplo, nas cidades, uma forte expressão. Na Costa do Marfim o café, ao chegar, encontrou um quadro de aldeias que, a princípio, solidificou-se pelo agrupamento forçado ou espontâneo, em função das necessidades da instalação da nova cultura; em São Paulo, salvo os trechos do Vale do Paraíba e do quadrilátero açucareiro, as cidades surgiram predominantemente em função do café (casos do oeste paulista e norte paranaense).

Finalizando, devemos ressaltar o papel de dependência que ambas as regiões produtoras de café têm no que diz respeito à comercialização do produto em relação aos importadores do mesmo, que são os países industrializados europeus e norte-americanos. Apesar de existir desde 1962 a OIC— (Organização Internacional do Café), este órgão não conseguiu ainda defender economicamente os países produtores, como provam ainda recentemente as propostas do México, para que os produtores de café se unam de fato para a defesa do produto.¹

1 De acordo com o noticiário internacional (*O Estado de S. Paulo, Jornal do Brasil, etc.*) as duas últimas reuniões realizadas em agosto de 1977 em México-city e Nairobi (Kenya), apenas serviram para mostrar mais uma vez a fragilidade dos países designados como subdesenvolvidos.